



## PREVIC DIZ EM RELATÓRIO QUE O SISTEMA ESTÁ DE VOLTA AO SUPERÁVIT AGREGADO

01/10/19

Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP) destaca o retorno do superávit agregado do sistema de previdência complementar fechada. O déficit de R\$ 16 bilhões de 2017 foi revertido para um superávit de R\$ 3,5 bilhões ao final do primeiro semestre de 2019. O resultado líquido positivo atingiu aproximadamente R\$13,4 bilhões no período, segundo Comunicado da Previc distribuído na manhã de hoje.

Para o Presidente da ANCEP, Roque Muniz, o "retorno ao superávit faz justiça a um sistema que só tem dado mostras de evolução em sua gestão, inclusive registrando, como resultado de tudo isso, indicadores de solvência superiores aos revelados pelos pension funds dos EUA e Inglaterra, entre outras nações". Roque apontou também como evidência da saúde de nossas entidades os cuidados nos investimentos, conforme demonstrado no evento **1º Seminário de Investimentos da Previdência Complementar Fechada**, realizado na última quinta-feira, 26 de setembro, em Brasília. Na mesma direção, ainda a respeito do seminário o coordenador-geral de investimentos da Previc, José Carlos Sampaio Chedeak, avaliou que a realização do evento foi mesmo positiva, com uma ampla participação do público presente nos debates. Ele destacou também o lançamento da atualização do "Guia de Melhores Práticas de Investimentos da Previc", disponível no site da autarquia **(Na foto: Chedeak e Roque)**

**Solvência** - A evolução positiva do sistema refletiu na melhora da solvência e na manutenção da liquidez em nível satisfatório. A dinâmica da solvência foi fortemente influenciada pelos resultados alcançados nos investimentos e, também, pelo cumprimento dos planos de equacionamento, que visavam à manutenção da sustentabilidade dos planos de benefícios.

No que tange à gestão de riscos, a redução das taxas de juros para patamares mínimos históricos torna o ambiente econômico mais desafiador para os gestores de recursos de fundos de pensão. O cenário tende a ser mais volátil e exigirá maior diversificação na alocação de recursos. Pelo lado do passivo, as premissas atuariais necessitarão ser revisadas, aplicando os devidos ajustes de forma tempestiva, de modo a compatibilizar o retorno dos ativos às obrigações passivas.

Essa dinâmica pode contemplar a combinação de ações como a reavaliação da composição e apetite a riscos na gestão dos investimentos, ajustes nos planos de custeio anuais ou, ainda, revisão nas regras de concessão de benefícios.

Por fim, esta edição do REP traz como novidades a apresentação dos Índices de Solvência calculados por cada plano de benefícios e rentabilidades por classe de ativos.

[Clique para acessar o REP.](#)

### Eventos para orientar em Brasília e Salvador

O seminário **Nova EFD Reinf, DCTFWeb e Relação com o e-Social** foi apresentado ontem (30) em Curitiba e em seguida virá Brasília (04/10).

O professor é Edgar Grassi, um dos maiores especialistas na matéria. Com as mudanças operadas no eSocial, as informações de natureza tributária, inclusive para o financiamento da previdência social, serão tratadas pela EFD-Reinf, módulo do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, instituído pelo Decreto n. 6022, de janeiro de 2007.

Essa nova obrigação, EFD - Reinf, tem como prazo de entrega a partir de 10 de janeiro de 2020, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2020. Todas as informações prestadas na EFD - Reinf serão consolidadas com eSocial no ambiente da DCTFweb, que será responsável pela emissão do Darf (Documento de arrecadação da Receita Federal), esclarece Edgar.

**Orçamento** - A programação da ANCEP oferece também o seminário **Orçamento EFPCs: Gestão e Práticas aplicadas aos Fundos de Pensão**, apresentado nos últimos dias em Florianópolis e São Paulo (SP), ganhará uma nova apresentação no próximo dia 7, em Salvador.

## Operação Greenfield pede R\$ 825 milhões para ressarcir a Petros

A força-tarefa da Operação Greenfield protocolou ontem mais uma ação de improbidade administrativa para cobrar o ressarcimento de R\$ 825 milhões desviados da Petros, noticiam a Agência Estado e o Valor Econômico. Entre os citados estão três ex-presidentes da Petros (Luís Carlos Afonso, Carlos Fernando Costa e Wagner Pinheiro de Oliveira), além dos ex-diretores Newton Cunha, Maurício Rubem e Marcelo Amaro.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF) em Brasília, o valor requerido é o triplo do dano causado. A força-tarefa aponta que as irregularidades aconteceram entre 2011 e 2012. Na época, quatro diretores da Petros autorizaram a compra de R\$ 95 milhões em Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) da Providax Participações, por meio de negociação fraudulenta e previamente combinada.

Um balanço da Greenfield enviado na semana passada à Procuradoria-Geral da República (PGR) apontou que, ao longo do último ano, foram apresentadas 20 ações penais e de improbidade, com ressarcimento de cerca de R\$ 11,6 bilhões ao erário.

## Plenário do Senado deve aprovar hoje em primeiro turno a reforma da Previdência

O Plenário do Senado deve votar hoje (1º) a PEC da reforma da Previdência ([PEC 6/2019](#)). Antes disso, a proposta terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será votado o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com a análise das 77 emendas apresentadas. No relatório, Tasso acatou apenas uma supressiva, informa a Agência de Notícias do Senado.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, garantiu que, com a votação nesta terça-feira (1º), o calendário previsto para a aprovação da proposta será mantido. Deve haver quebra de interstício (prazo constitucional) em Plenário, após a votação em primeiro turno, para garantir a aprovação da proposta em segundo turno até o dia 10 de outubro.

Mas o Valor Econômico traz um alerta do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), no sentido que a base do governo precisa ficar alerta quanto à possibilidade de dois destaques alterarem a proposta de reforma da Previdência nesta terça-feira (1º), durante votação da medida na CCJ do Senado. Os dois pontos são os que tratam da aposentadoria especial e do abono salarial. "Esses dois destaques foram decididos por um voto", disse, completando: "Estamos acreditando que até as 15h a gente possa concluir na CCJ e trazer a reforma da Previdência para discussão em Plenário", acrescentou.

Para evitar surpresas, relata o jornal O Globo, Alcolumbre tranquilizou os governadores do Norte e Nordeste garantindo-lhes que sairão ganhando na divisão dos recursos que serão arrecadados no mega leilão do "pré sal" a realizar-se em novembro